

A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NA CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO MULTICULTURAL NO PAÍS¹

Jurandir de Almeida Araújo²

Resumo: Discute-se neste artigo a influência do Movimento Negro Brasileiro na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural no país, assim como, a relevância da efetivação desta, nas escolas, enfatizando sua importância para o desenvolvimento pleno dos alunos. Graças a esse movimento social, nos últimos anos, já se percebe avanços significativos no que se refere à prática desta educação nos diferentes espaços educativos.

Palavras-Chave: Educação Multicultural – Movimento Negro – Práticas Educacionais.

Abstract: This paper discusses the influence of the Brazilian Black Movement in the construction and promotion of education in a multicultural perspective in the country, as well as the relevance of this accomplishment, schools, emphasizing its importance to the full development of students. Thanks to this movement social in recent years, as can be seen significant advances in relation to the practice of this educational education in different spaces.

Keywords: Multicultural Education - Black Movement - Educational Practices.

¹ Trabalho apresentado no I CONGRESSO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: Movimentos Sociais e Educação na contemporaneidade: desafios e possibilidades.

² Mestrando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade. Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação FORD. E-mail: juran-araujo@hotmail.com.

Introdução

*Enquanto o negro brasileiro não
tiver acesso ao conhecimento da
história de si próprio, a escravidão
cultural se manterá no país
(João Reis).*

As relações sociais entre os diferentes grupos étnico-raciais e/ou culturais, ao longo da história da humanidade, têm sido construídas, quase sempre, de forma tensa e conflituosa. Poucas foram as vezes que elas ocorreram amistosamente. Existem grupos que pensam serem superiores aos demais, e, ao mesmo tempo em que discriminam os que são diferentes, tentam impor as suas concepções de mundo sobre estes. Pode afirmar-se que a intolerância, o preconceito e a discriminação para com os diferentes se fazem presentes nas sociedades, desde os tempos mais longínquos, e cada vez mais intensos.

Na contemporaneidade, os conflitos e tensões entre os diferentes grupos étnico-raciais e/ou culturais têm sido constante em todo o mundo, principalmente, nas sociedades multiculturais e pluriétnicas, a exemplo do Brasil. Racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa, entre outras formas de discriminação e preconceito, são os mais comuns no cotidiano de milhares de pessoas em todas as partes do planeta.

Diuturnamente os sujeitos pertencentes às “minorias” desfavorecidas e historicamente discriminadas têm sido vítimas de discriminação, de preconceito e de intolerância de grupos e/ou pessoas que se julgam superiores. Situações essas que têm causado danos irreparáveis na vida intelectual, social e profissional destes sujeitos, e, em muitos dos casos, excluindo-os do mercado de trabalho, do sistema educacional, dos meios tecnológicos etc., restando-lhes, apenas, viver às margens da sociedade.

No Brasil, conhecido mundialmente pela sua diversidade étnica e cultural – ainda, tido por muitos (tanto por brasileiros como por estrangeiros) como o país da democracia racial (um paraíso onde os diferentes grupos étnico-raciais vivem em harmonia), as relações entre os diferentes grupos étnico-raciais e/ou culturais não têm sido diferente. Como, aqui, quase ninguém se assume como racista e/ou preconceituoso, que Roger Bastide (1955) denominou essa atitude de “o preconceito de ter preconceito”, tais conflitos acontecem, quase sempre, de forma camuflada e silenciosa.

Cotidianamente crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, por exemplo, são vítimas de algum tipo de preconceito e/ou discriminação nos diversos espaços sociais, dentre estes a escola, que desconhece ou se cala diante de tal realidade. Como observa Gomes (2003, p. 70), “refletir sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os seus múltiplos recortes”.

Assim, nas últimas décadas, diferentes movimentos sociais, em particular, as diversas e diferentes organizações que compõem o Movimento Negro Brasileiro, têm contribuído, de forma significativa, na elaboração e coordenação de políticas afirmativas de inclusão, reparação e respeito à diversidade. Colocar em prática uma educação que atenda às demandas e interesses das “minorias” desfavorecidas têm sido uma das principais metas almejadas pelos movimentos sociais. Nesse sentido, Gomes (1997, p. 19) observa que “os movimentos sociais têm trazido novas temáticas, novos olhares e novas ênfases na pesquisa, na teorização e nas propostas de intervenção no nosso sistema educacional”.

Contudo, na maioria das escolas brasileiras ainda se percebe uma prática educativa discriminatória, preconceituosa e excludente, que tenta unificar e homogeneizar saberes e, na maioria das vezes, negando saberes milenares por pertencerem a grupos tidos como inferiores. Para Arroyo (2007, p. 116), “a ignorância da diversidade tem operado como um indicador do perfil racista do sistema escolar que precisa ser superado”.

O pensamento de Arroyo é complementado por Gomes (1999, p. 3), quando afirma que “avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e de uniformização que ainda impera no campo educacional”. No entanto, nas atuais condições em que se encontra a educação pública no Brasil, não será fácil pôr-se em prática uma educação dentro de uma perspectiva multicultural, isto é, uma educação que atenda os anseios das “minorias” desfavorecidas e historicamente discriminadas; uma educação que permita os diferentes sujeitos que frequentam os distintos ambientes educacionais interagirem de forma harmoniosa entre si.

Graças às ações constantes dos movimentos sociais, notadamente do Movimento Negro, que desde as suas primeiras organizações, no pós-Abolição da escravatura, tem colocado a educação como uma das suas principais metas de ação, já podemos contar com políticas educacionais que nos orientam na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, uma educação das relações étnico-raciais, como nos orientam os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Leis 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na

educação do ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas do país e 11.645/08, que complementa a 10.639, incluindo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas, e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais.

O artigo ora apresentado, originário de uma pesquisa em andamento, cujo título: “A atuação das Organizações Negras Baianas no campo da educação no período de 1970 a 1990”, tem por objetivo contribuir para a discussão acerca da influência das organizações que compõem o Movimento Negro Brasileiro, notadamente as organizações negras baianas, na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural no país, assim como, a relevância da efetivação desta, nas escolas, enfatizando sua importância para o desenvolvimento pleno dos alunos. Embasado nos teóricos que estudam a temática, tais como: Arroyo (2007), Domingues (2007), Gomes (2001, 2003, 2011), Pereira (2011), Silva (2007), Silva (2002), entre outros.

O presente texto está dividido em três tópicos, além desta introdução: no primeiro, apresento uma breve análise da dinâmica do Movimento Negro Brasileiro na promoção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista no país. No segundo, trago para a discussão a urgência e necessidade da efetivação de uma educação numa perspectiva multicultural nas escolas brasileiras, ou seja, uma educação das relações étnico-raciais, como nos orientam as diretrizes curriculares nacionais. No terceiro e último, concluo expondo minhas considerações acerca das questões arroladas no texto.

A dinâmica do Movimento Negro Brasileiro na promoção de uma educação numa perspectiva multicultural no país

O direito à educação é uma reivindicação antiga do Movimento Negro Brasileiro, desde suas primeiras organizações, pós-abolição da escravatura, que este já reivindicava do Estado uma educação pública para todos, ou seja, desde sempre o direito ao acesso a educação formal tem sido meta almejada por este movimento social. Como observa Domingues (2008, p. 02) “as associações negras que floresceram nas primeiras décadas do século XX vislumbravam, na educação, senão a solução, pelos menos um pré-requisito indispensável para a resolução dos problemas da “gente de cor” na sociedade brasileira”. O pensamento de Domingues é corroborado por Silva (2007), quando afirma que a educação para o movimento negro não era vista, apenas, como instrumento de inclusão social, mas, também, como um meio de ascensão social e cultural, como condição para se “alçar” à categoria de cidadão nacional.

Para Silva (2002, p. 140), uma das maiores contribuições do Movimento Negro brasileiro para o desenvolvimento social do povo negro é “sua luta constante pela conquista da educação”. A autora pondera que essa luta deu-se “inicialmente como meio de integração à sociedade existente, e depois denunciando a instituição educacional como reprodutora de uma educação eurocêntrica, excludente e desarticuladora da identidade étnico-racial e da autoestima” do povo negro. Ainda assinala que as entidades negras, através de seus militantes, têm sido responsáveis por inserir nas escolas uma educação paralela e pluricultural.

Conforme Petrônio Domingues (2007), no artigo intitulado “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, a trajetória do movimento negro no Brasil, do pós-abolição aos dias atuais, divide-se em

quatro frases: A primeira fase corresponde ao período de 1889-1937, quando a população negra, diante da situação de abandono e de miséria a qual se encontrava, passa a estabelecer-se em organizações de diferentes perfis (associações beneficentes e recreativas, grêmios literários, jornais, entre outras) para buscar meios de amenizar suas mazelas de ordens sociais diversas (lazer, trabalho, saúde, educação, habitação etc.). E, por meio da Frente Negra Brasileira, torna-se um movimento popular de massa. Nessa fase, segundo Domingues, “o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (idem, p. 6). Para o autor, é só a partir de 1945 que o Movimento Negro torna-se, realmente, um movimento de base política.

A segunda fase (1945 - 1964) corresponde ao término do Estado Novo e início da Segunda República, quando o Movimento Negro ressurgiu no cenário político e social brasileiro e retomou suas reivindicações no campo da política, da educação e da cultura, tendo como enfoque a conquista dos direitos civis. Dentre as principais organizações negras dessa fase, a União dos Homens de Cor - UHC e o Teatro Experimental do Negro - TEN foram as mais importantes. O autor ressalta que nesse período “a UHC ou o TEN não eram os únicos grupos que empreendiam a luta anti-racista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade” (ibid., p. 9).

A terceira fase (1978 - 2000) tem início com a volta do Movimento Negro à cena política brasileira, no final da década de 1970, após ter ficado um longo período em refluxo, consequência do golpe militar de 1964 que desarticulou e reprimiu todo e qualquer tipo de mobilização social. Nesta fase, segundo o autor, surgem inúmeras entidades negras,

tendo como prioridade a “luta contra a discriminação racial”, tendo no Movimento Negro Unificado – MNU, que agregava entidades negras de diferentes perfis e de todas as regiões do país, sua maior expressão.

A quarta fase (2000 - ?), segundo Domingues – é uma hipótese interpretativa – deu-se com surgimento do Movimento Hip-Hop, no Brasil. Movimento que, segundo ele, vem ganhando dimensão nacional, por ser um movimento de caráter popular, que surge nos bairros periférico, utilizando-se da linguagem desta população para se expressar. Desprovido de uma organização política e ideológica de combate ao racismo, tão quanto defender, apenas, os interesses da população negra, “rompendo com o discurso de vanguarda das entidades negras tradicionais”. Ou seja, suas estratégias de ação não estão restritas, apenas, às questões étnico-raciais. Assinala ainda que: “é comum pensar que o movimento negro organizado só começa nos anos 1930 – por meio da Frente Negra Brasileira – sendo retomado décadas depois, com o florescimento do Movimento Negro Unificado, no final dos anos 1970” (ibid., p. 20). Mostrando, assim, a necessidade de estudos que evidenciem a dinâmica dos negros e do seu movimento na reivindicação por igualdade de direitos e oportunidades na sociedade brasileira, desde o período escravocrata, quando estes lutavam por liberdade, isto é, sair da condição de escravizados, aos dias atuais, na reivindicação por espaços que, historicamente, lhes têm sido negados e/ou impedidos de participar.

Assim, como observa Gomes (1997), os movimentos sociais, notadamente o Movimento Negro, têm sido os grandes protagonistas no movimento de renovação do pensamento e da prática educacional no Brasil, contribuindo, significativamente, para mostrar a realidade do sistema de ensino e suas

contradições, assim como, para sensibilizar pesquisadores, teóricos e reformadores sobre os aspectos dessa realidade.

Por todo o país, depois da abolição da escravatura, diferentes organizações negras passam a por em práticas diversas iniciativas de alfabetização dos afrodescendentes. Um meio de incluí-los socialmente e torná-los cidadãos. Mas, é a partir de 1945 que as diversas e diferentes organizações que compõem o Movimento Negro Brasileiro tomam a educação como um dos principais instrumentos de transformação social, assim como, de acabar com a desigualdade social e racial em que a população negra se encontrava e ainda se encontra na sociedade brasileira. Segundo Silva (2007, p. 123), “os movimentos sociais negros oriundos do período pós quarenta e cinco foram os grandes responsáveis por trazer a público, grande parte das reivindicações por políticas diferenciadas para afro-brasileiros”.

Assim, pode afirmar-se que é a partir de 1945 que as organizações negras passam a colocar na pauta de suas reivindicações as políticas diferenciadas para os negros no acesso e permanência destes na escola. Segundo Silva (2007), tendo o ano de 1988 como o marco nas discussões sobre as péssimas condições em que se encontram a população negra no país, e, conseqüentemente, no acesso ao sistema de ensino formal. Ano no qual, ainda de acordo a autora, a denúncia da existência do racismo ganha destaque em todos os setores da sociedade, com ampla cobertura da mídia escrita, falada e televisiva.

Deste modo, nas últimas décadas, o Movimento Negro tem, de forma intensiva, desenvolvido ações estratégicas para que o Estado e, em particular, as escolas, ponham em prática uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural presente nos

diferentes espaços educacionais, isto é, uma educação das relações étnico-raciais. Como assinala Gonçalves e Silva (2000, p. 150), “embora a educação tenha se universalizado, por meio da escola pública e gratuita, ela continua sendo um dos campos de ação das organizações negras”.

A pressão do Movimento Negro junto ao Estado e a sociedade brasileira como um todo tem surtido efeitos positivos – os resultados têm sido significativos. Algumas das suas reivindicações têm sido atendidas, a maior parte no campo educacional, em particular, na construção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista. Neste sentido, como afirma Nascimento (2008), as intervenções de educadores negros e o empenho do movimento negro em trazer o tema da educação para a mesa de discussão, nas décadas de 1980 e 1990, contribuiu significativamente para a inclusão da pluralidade cultural como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Complementando a afirmação de Nascimento, Abreu e Mattos (2008) assinalam que as noções de cultura, de diversidade cultural, assim como, de identidade e relações étnico-raciais, começaram a ser introduzidas nas normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, a partir do final dos anos 90. A autora pondera, ainda, que isso não aconteceu por acaso, mas sim pelo novo lugar político e social conquistado pelo Movimento Negro, principalmente, no campo educacional.

Corroborando com as afirmações de Nascimento e de Abreu e Mattos, Pereira (2011) assinala que as contínuas reivindicações dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no campo da educação como na “luta pela reavaliação do papel do negro na

história do Brasil, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo, a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003” (p. 14). Portanto, como observa Gomes (2007, p. 106), “a lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais podem ser consideradas como parte do projeto educativo emancipatório do Movimento Negro, em prol de uma educação anti-racista e que reconheça e respeite a diversidade”.

Ainda, no que se refere às conquistas do Movimento Negro Brasileiro no campo da educação, Cruz (2008, p. 192) assinala que “a criação da disciplina *Introdução aos Estudos Africanos* em 1985 representa um marco histórico no panorama de lutas protagonizadas pelo Movimento Negro Brasileiro no campo da educação” (Grifo no original).

Para Gomes (2011, p. 134) “a ação do movimento negro brasileiro por meio das suas diversas entidades tem sido marcada por uma perspectiva educacional aguçada, explicitada nas suas diversas ações, projetos e propostas”.

Desde a década de 1970 que as diversas e diferentes organizações que compõem o Movimento Negro Brasileiro, em particular as organizações negras baianas, ao mesmo tempo em que têm denunciado o racismo e a situação marginal em que se encontram a população negra no país, têm elaborado e coordenado políticas afirmativas de inclusão, reparação e respeito à diversidade, assim como, colocados em prática projetos educacionais dentro de uma perspectiva multicultural e antirracista, fazendo o diferencial na reivindicação por uma educação pública, democrática e de qualidade.

As organizações negras baianas, por exemplo, podem ser consideradas como protagonistas na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural

e antirracista no país. Desde início da década de 1970 que organizações negras de diferentes concepções (política, cultural, religiosa etc.) vêm desenvolvendo em seus espaços, e juntos às escolas baianas, uma prática educativa que visa atender às necessidades e interesses dos diferentes sujeitos que frequentam os distintos espaços educacionais. Os projetos educacionais desenvolvidos por estas organizações negras baianas serviram de referência para órgãos oficiais (MEC, Secretarias de Educação), na construção de Políticas Educacionais numa perspectiva multiculturalista.

Os terreiros de Candomblé e os Blocos Afro-Baianos, a exemplo do *Ilê Aiyê*, *Olodum*, *Malê de Balê*, entre outros, têm desenvolvidos, em seus espaços, projetos educacionais de grande impacto na comunidade negra baiana. De suma importância para o desenvolvimento social da população negra, esses projetos não se restringem, apenas, à comunidade local, tão pouco, somente, aos afrodescendentes, mas, às comunidades circunvizinhas e à população carente em geral. A esse respeito, Gomes (2007, p. 102) afirma que “a luta dos negros em movimentos e do Movimento Negro no Brasil aponta para uma mudança mais ampla que não se restringe ao segmento negro da população, mas engloba toda a sociedade brasileira”. Assinala, ainda, que “a luta pelo direito e pelo reconhecimento das diferenças não pode se dar de forma separada e isolada e nem resultar em práticas culturais, políticas e pedagógicas solitárias e excludentes” (ibid., p. 71).

Podemos afirmar que a magnitude dos trabalhos desenvolvidos pelas organizações negras, notadamente as organizações negras baianas, na melhoria da condição de vida dos sujeitos, é incomensurável. Concordamos com Gomes (2003, p. 107) quando ela afirma que:

Ao destacar e lutar pelo reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira e cobrar mudanças na prática e no currículo escolares o Movimento Negro traz para o debate público diferentes interpretações sobre a diversidade e politiza a existência múltipla, variada e dinâmica da população brasileira.

Deste modo, como afirma Silva (2001, p. 65), “a educação é uma das áreas em que figura o maior número de experiências concretas e de produção teórica no espaço de trabalhos implementados pelo Movimento Negro contemporâneo”. A esse respeito, Arroyo (2007, p. 112) assinala que:

Deveríamos agradecer o Movimento Negro de maneira particular, os educadores(as), os intelectuais, os pesquisadores e até a infância, a adolescência e a juventude negra por fazerem presente e interrogante no campo educacional e que por décadas, com insistência, vêm abrindo frestas e se revelando, saindo do ocultamento a que a sociedade e o sistema escolar pretenderam relegá-los.

Logo, pode afirmar-se que a atuação dos diferentes movimentos sociais, notadamente a do Movimento Negro, perante a escola e o Estado brasileiro, na busca de reverter a situação caótica em que se encontra o ensino público no país, tem se mostrado eficaz na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista. Como afirma Candau (2010a, p. 63), “o fortalecimento do movimento negro trouxe, sem dúvida, uma nova dimensão às propostas educacionais que buscam a articulação com a diversidade cultural e o respeito às diferenças”.

Contudo, as escolas brasileiras, em sua maioria, ainda, se baseiam numa concepção eurocentrista e monocultural de educação, que não corresponde às necessidades e interesses das “minorias” desfavorecidas e historicamente

discriminadas. Concepção essa que além de deficiente, seletiva e excludente, ignora em seu currículo a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro. Currículo este que oculta e se cala diante dos conflitos e tensões que perpassam pelo ambiente escolar – étnicos, culturais, sexuais, religiosos, entre outros.

É na escola que a identidade negra, entre outras, ainda continua sendo construída de forma estereotipada, minimizando-se a participação e a importância dos negros na formação do Brasil, ou seja, na política, na economia, nas relações sociais e na cultura. Assim sendo, torna-se urgente que a escola coloque em prática uma educação que atenda às necessidades e interesses dos diferentes sujeitos que frequentam o seu espaço, ou seja, uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista.

A urgência e necessidade da efetivação de uma educação numa perspectiva multicultural nas escolas brasileiras

A educação se faz presente em todos os espaços de convivência – família, escola, igreja, trabalho etc. Assim, a concepção de educação nos possibilita idealizar formas de promover à aprendizagem que não está necessariamente ligada à escola. Como afirma Brandão (2008, p. 9), “não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. Nesta direção, como observa Vygotsky (1984), a aprendizagem é um processo dinâmico e, às vezes contraditório, que acontece por meio da internalização dos conhecimentos adquiridos durante a interação com o meio físico, os objetos e, principalmente, com o outro, ou seja, o processo de aprendizagem e o desenvolvimento do

indivíduo dar-se por meio da interação com o meio social em que este está inserido.

No entanto, a escola, que por excelência deveria ser o espaço privilegiado para a formação de valores, da alteridade e da construção de direitos e de identidades, ainda contribui para reprodução e manutenção de estereótipos e preconceitos sobre as “minorias” desfavorecidas e historicamente discriminadas. Segundo Arroyo (2007, p. 120), “a escola tem sido e continua sendo extremamente reguladora dos diferentes, dos povos e coletivos social e culturalmente marginalizados”. A educação, considerada como um dos principais mecanismos de transformação de um povo ou sociedade, ainda não está de forma democrática e comprometida estimulando à formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças, seja cultural, étnico-racial, religiosa, sexual etc.

Embora pareçam acontecer de forma amistosa, as relações étnico-raciais e/ou culturais no cotidiano escolar são marcadas por conflitos e tensões que ocorrem, geralmente, de forma camuflada e/ou silenciosa. Situações de racismo, preconceito e discriminação para com as crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e outras “minorias” desfavorecidas e historicamente discriminadas, quase sempre, passam despercebidas pelos professores e demais profissionais que atuam na escola, e quando percebidas são consideradas como sendo resultado do convívio familiar e/ou do meio social ao qual pertence o promotor de tais atos. A esse respeito Candau (2010b, p. 32) observa que “situações de preconceito e discriminação estão com frequência presentes no cotidiano escolar e muitas vezes são ignoradas, encaradas como brincadeiras”. Assinala, ainda, que essas situações acontecem “tanto no

interpessoal como em momentos de reflexão coletiva, a partir das situações concretas que se manifestem no cotidiano escolar” (idem, p. 32).

É válido ressaltar que tais conflitos não acontecem, apenas, entre os alunos, os professores e demais profissionais que atuam na escola; de forma inconsciente ou não, também estão envolvidos em atos de preconceito e discriminação para como as “minorias” desfavorecidas, fato esse que dificulta, ainda mais, na intervenção e resolução dos conflitos.

Como podemos perceber as questões referentes às relações étnico-culturais não são trabalhadas de forma satisfatória e significativa nas escolas. As atividades direcionadas a essa temática, geralmente, só acontece em ocasiões específicas, como: dia do índio, 20 de novembro, 13 de maio etc., ou de forma isolada por iniciativa do professor. E que me leva a questionar: como promover uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, se a escola, ainda, se encontra com um currículo fechado para a diversidade? São muitos os mecanismos que dificultam as “minorias” desfavorecidas, notadamente os afrodescendentes, ao se desenvolverem social e cognitivamente.

Segundo Cavalleiro (2005, p. 68):

O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muito momento, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra.

A escola como espaço onde as diferentes presenças se encontram tem papel

fundamental no processo de socialização dos alunos, portanto, não deve se omitir diante da realidade do racismo, do preconceito e da discriminação presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no ambiente escolar. Uma forma da escola, se não acabar, pelo menos minimizar os conflitos sociais que perpassam pelo seu ambiente é colocar em prática uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, uma educação das relações étnico-raciais, como nos orientam as diretrizes curriculares nacionais.

No entanto, para compreendermos a educação numa perspectiva multicultural, precisamos rever o que entendemos por cultura, uma vez que a definição de cultura é algo complexo de significação, isto é, dependendo do contexto poder ter significados diferentes. Para Abbagnano (2000), o sentido de cultura abarca tanto as civilizações mais avançadas como as formas de vida social mais rústica e primitiva. Trata-se de um composto integral de elementos autônomos compartilhados por todos os membros de um determinado grupo social. A definição de Abbagnano é complementada por Macedo (2008, p. 91), quando este nos diz que “cultura não é só arte, cultura são valores, posturas, hábitos, lugares, conhecimentos, técnicas, identidades comuns e diversas, conceitos, saberes e fazeres múltiplos”.

Assim, podemos inferir que a educação numa perspectiva multicultural fundamenta-se nessa concepção de cultura de que nos fala Macedo. Uma educação na qual os diferentes sujeitos que frequentam os distintos espaços educacionais são vistos, respeitados e referendados nos currículos escolares conforme a sua cultura. Valorizando as diferenças, sejam estas étnico-raciais, culturais, religiosas, de gênero, orientação

sexual etc., pois, como observa Gadotti (1992, p. 03):

A educação multicultural é mais rica do que a educação monocultural, na medida em que constrói o conhecimento através das várias perspectivas de diferentes grupos étnicos, incentiva a **parceria** (só a parceria entre diferentes cria o novo) e rompe com o etnocentrismo, buscando, assim, a síntese entre **cultura elaborada** e **cultura popular**, entre cultura local e universal, permitindo o intercâmbio entre educação regular e educação assistemática, possibilitando o desenvolvimento dos valores democráticos e da cidadania (grifo no original).

Mas, para se colocar de fato em prática uma educação numa perspectiva multicultural será preciso que todos os envolvidos no processo educacional (professores, coordenadores, gestores, alunos etc.) percebam a diversidade de sujeitos que se fazem presentes no espaço escolar e compreendam a necessidade de incluí-los no currículo da escola. Todavia, Gadotti (1992) nos chama a atenção para o fato de que por ser um termo ainda novo para nós, falar da educação multicultural, no Brasil, é assumir riscos e enfrentar problemas, uma vez que, segundo o autor acima citado, somos um país etnocêntrico, e que embora multirracial, “nas suas escolas comporta como se fosse monoétnico, desconhecendo a existência de outras culturas e etnias que não a ocidental cristã” (id., p. 03).

Enfim, como afirmam Gonçalves e Silva (2006, p. 95), “não há educação multicultural separada do contexto de luta, dos grupos culturalmente dominados, que buscam modificar, por meio de suas ações, a lógica pela qual a sociedade produz sentido e significados de si mesma”.

Considerações parciais

As análises parciais dos dados, da pesquisa que deu origem a esse artigo, apontam para um provável protagonismo das organizações negras baianas na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, de uma educação voltada para a formação cidadã dos indivíduos e que lhes oferece os elementos necessários para o seu desenvolvimento pleno. Uma educação que contribui, de forma significativa, para a transformação da realidade individual e coletiva dos diferentes sujeitos que formam o povo brasileiro, ou seja, uma educação das relações étnico-raciais.

Aponta, também, que a falta de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na área educacional é uma das principais barreiras para a efetivação de uma educação para a diversidade, uma vez que os cursos de licenciatura ainda não oferecem os subsídios necessários para que os futuros educadores trabalhem com uma abordagem educacional plural, assim como, o Estado não oferece cursos de formação continuada que, realmente, dê suporte aos professores desenvolver um trabalho nessa perspectiva.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a dinâmica dos movimentos sociais, notadamente das organizações que compõem o Movimento Negro Brasileiro, na construção e promoção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, de uma educação das relações étnico-raciais, têm surtido efeito junto ao Estado e, em particular, junto às escolas, e mesmo com todas as dificuldades em se colocar em prática uma educação para a diversidade, já são vislumbradas iniciativas educacionais numa perspectiva multicultural, conforme nos orientam os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCNs), as leis (10.639/03 e 11.645/08) e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Pode afirmar-se que desde 1970, bem antes da temática pluralidade cultural ser incluída nos PCNs, diferentes organizações negras, de maneira especial as organizações negras baianas, já vêm desenvolvendo paralelamente junto às escolas projetos educacionais numa perspectiva multicultural e antirracista. E que, hoje, em todos os níveis e modalidades de ensino, já se busca colocar em prática uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista. Enfim, como apresentado no decorrer deste texto, políticas educacionais, nesse sentido, já estão postas faz alguns anos; o que falta, realmente, é serem colocadas em prática.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A pedagogia multicultural popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizontes: Autêntica, 2007. p. 111-130.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a. p. 11-101.

_____. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e**

Práticas Pedagógicas. ed. 4. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b. p. 13-37.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

CRUZ, Cristiane C. **Introdução aos Estudos Africanos na Escola: trajetórias de uma luta histórica**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 13, n. 39, set./dez., 2008. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, Brasil.

_____. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-770427000200007&script=sci_arttext&tlng=p>. Acesso em: 20 fev. 2010.

GADOTTI, M. **Notas sobre a educação multicultural**. Encontro de educadores negros do MNU. Câmara Municipal de São Paulo, 16-19 de julho de 1992. Disponível em: <www.paulofreire.org/pub/Institucional/Moa_cirGadottiArtigosIto022/Notas_sobre_educ_multicultural.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, volume 10, Nº 18, p. 133-154, abril de 2011.

_____. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109

_____. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N. (Coords.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 67-76.

_____. **Educação e Diversidade Cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na**

escola. 1999. Disponível em: <<http://www.mulheresnegras.org/nilma.htm#>>. Acesso em: 03 out. 2009.

_____. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha G. e; BARBOSA, Lucia Maria de A. (orgs). **O pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do movimento negro. São Carlos: UFSCar, 1997. p.17-30.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças**: o multiculturalismo e seus contextos. ed. 4. Belo Horizontes: Autêntica, 2006.

_____. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, nov/dez, nº.015. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2000. p. 134-158.

MACEDO, Cesária Alice. Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. IN: BARROS, José Márcios (Org.). **Diversidade Cultural**: da proteção a promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 76-87.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Parte 2: introdução. NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Cultura em Movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 203-210.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300639227_ARQUIVO_MovimentonegonoBrasil-ANPUH2011.pdf>. Acesso em: 20 de jan./2012.

SILVA, Ana Célia. Movimento Negro Brasileiro: e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial. **Revista da FAEEDBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, n. 17, p. 139-151, jan./jun., 2002.

SILVA, Joselina da. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. p. 100-126.

SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 65-83.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.